

CLIPPING

06 de agosto de 2018
O Liberal – Atualidades, 3

Saúde pública congela por redução de investimentos

RECURSOS

Aporte público por pessoa no Pará não ultrapassa os R\$ 22 reais ao mês

CLEIDE MAGALHÃES
Da Redação

Demanda reprimida no atendimento ao público e congelamento dos investimentos na saúde pelos próximos 20 anos, como determina a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 95/2016, são os principais gargalos da saúde pública no Pará e no País, segundo o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Pedro Oliveira. "O Conselho tenta revogar junto com as demais entidades no Brasil a Emenda que estabelece teto para os gastos públicos da Saúde (dentre outros setores)", diz ele, ao mencionar também o que classifica como falta de gestão em saúde na maioria dos municípios, responsável pelos 'inchaços', principalmente nos Prontos Socorros, além das filas de espera na capital, em Belém, diz Oliveira.

O baixo investimento é uma das principais causas dos problemas na Saúde. A situação na capital, Belém, é exemplar. O investimento público na saúde do paraense, juntando os municípios, o Estado e a União - é de R\$ 261 reais per capita ao ano. Se dividir esse valor

por 12 meses, resulta em R\$ 22 reais ao mês.

Para investir na saúde pública no Pará, em 2017, a Secretaria de Estado de Saúde (Sespa) contou com orçamento de R\$ 2,4 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões (81%) vieram do Tesouro Estadual e R\$ 300 milhões (19%) do governo federal.

A Secretaria Municipal de Saúde de Belém (Sesma) aplicou, no mesmo período, R\$ 796 milhões no setor, dos quais R\$ 383,1 milhões foram recursos do Tesouro Municipal e R\$ 2,4 milhões de rendimentos de aplicação financeira, além de R\$ 373 milhões do governo federal e R\$ 374 milhões do governo estadual.

O Estado conta com dois hospitais da Universidade Federal do Pará (UFPA), mantidos pelo governo federal, que receberam R\$ 69,6 milhões em recursos financeiros, no ano de 2017.

A rede de saúde do Pará conta com 15 mil leitos, 10 mil dos quais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), por meio dos hospitais municipais, estaduais, privados e filantrópicos, e 3,2 mil deles ao próprio Estado. Até o final de 2018, a previsão é de que mais 800 leitos sejam disponibilizados, com a abertura de seis novos hospitais regionais.

O secretário de Estado de Saúde (Sespa) do Pará, Vitor Mateus, afirma que quem mais investe na saúde pública são os estados e municípios, pois "há cerca de 20

Principal causa dos problemas na saúde é o baixo investimento público.

anos, o governo federal gastava 71% e hoje aplica somente 49% na saúde no Estado".

Ele confirma que há demanda reprimida no Sistema de saúde no Pará, sobretudo no tratamento ao câncer de cabeça e pescoço, embora haja a expansão nos serviços para o interior com as Unidades Oncológicas em Tucuruí e Santarém, além de Belém. A fila é grande também na traumatologia e cirurgias eletivas, como catarata, hérnia e vesícula, e cirurgia bariátrica.

"Para reorganizar isso, buscamos abrir mais serviços e realizamos mutirões. Porém, a fila não será zerada, porque sempre há novos casos. A questão só vai melhorar com os novos serviços e atenção à prevenção da saúde, como o controle da hipertensão, do diabetes, das infecções e hemorragias. Se alcançarmos essa melhoria, não será necessário constituir tantos leitos. Para isso, investimos no apoio aos municípios, porque temos que pensar o SUS como um todo, pois o Sistema precisa ter certo equilíbrio para se constituir", disse.

■ LEIA MAIS NA PÁGINA 4